

RESOLUÇÃO nº 700/2019 – SESA

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do Estado do Paraná, destinado ao Incentivo Financeiro de Investimento para implementação do Sistema de Atendimento Terciário na área de Pediatria, no município de Maringá para exercício de 2019.

O Secretário de Estado da Saúde, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e considerando:

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;

- que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “competem buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;

- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2000 em seu Art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”;

- que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal; sendo dispensando a celebração de Convênios ou outros instrumentos jurídicos;

- a Resolução SESA nº 74/2019 que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, e implanta a Conta Corrente única para Custeio, assim como a Conta Corrente única para Investimento, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, o repasse financeiro para investimento para implementação do Sistema de Atendimento Terciário na área de Pediatria no município de Maringá e Macro Região e atualiza o saldo da situação financeira conforme descrito abaixo:

I - Do valor total do Investimento de R\$ 124.200.000,00 (cento e vinte e quatro milhões e duzentos mil reais), já foram repassados o valor de R\$ 74.066.666,66 (setenta e quatro milhões e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavo), no exercício de 2018, ficando um haver de R\$ 50.133.334,34 (cinquenta milhões, cento e trinta e mil e trezentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos), que se dará da seguinte forma:

- a) R\$ 25.066.667,00 (vinte e cinco milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais) – Previsto no Orçamento exercício fiscal 2019 e;
- b) R\$ 25.066.667,00 (vinte e cinco milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais) – Previsão na Dotação do Orçamento Fiscal de 2020.

Parágrafo Único: Por se tratar de Município de Gestão do Teto de Média e Alta complexidade o repasse financeiro dar-se-á por meio do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, conforme detalhado no Anexo I.

Art. 2º. A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único: A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º. Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º. As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º. A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no relatório de gestão, os Municípios deverão comprovar a observância do envio do₂

Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º. Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinado a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”. Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º. As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias à área de saúde.

Art. 8º. Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2019, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Incentivo Financeiro de Investimento.

II - Iniciativa: 4162 – Rede Mãe Paranaense

III - Elemento de Despesa: 4441.4200

IV - Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de novembro de 2019.



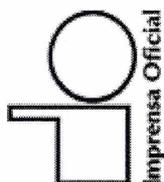
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretario de Estado da Saúde

Anexo I da Resolução nº 700/2019 – SESA

**INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO – IMPLEMENTAÇÃO DO
SISTEMA DE ATENDIMENTO
TERCIÁRIO NA ÁREA DE PEDIATRIA**

CÓD. CREDOR	MUNICÍPIO	CNPJ	3ª PARCELA	BANCO	AGÊNCIA	C/C
140260	MARINGÁ - FMS	80.905.706/0001-31	25.066.667,00	CEF (104)	1546	219-5





Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo	111320/2019	Diário Oficial Executivo
Título	Resolução SESA nº 700/2019	Secretaria da Saúde
Órgão	<u>SESA - Secretaria de Estado da Saúde</u>	Resolução-EX (Gratuita)
Depositário	RAQUEL STEIMBACH BURGEL	<u>700.19.rtf</u> 174,18 KB
E-mail	RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR	
Enviada em	12/11/2019 13:48	
Data de publicação		
13/11/2019 Quarta-feira	Gratuita	Aprovada
		12/11/19 13:54
		N° da Edição do Diário: 10564
Histórico	TRIAGEM REALIZADA	